

VÍTIMAS DO GARIMPO

Conselho Indigenista não acredita no plano de proteção aos Yanomami

Cimi afirma que o governador e o secretário de Saúde de Roraima sempre prejudicaram os índios

O Ministério da Saúde divulgou no último dia 13 de dezembro o "Plano Emergencial de Atenção à Saúde Yanomami" que prevê o atendimento imediato aos índios, que estão sendo dizimados pela malária, leishmaniose, tuberculose, hepatite e doenças sexualmente transmissíveis. O atendimento será feito por equipes do Ministério da Saúde. O plano, além do atendimento médico aos índios, prevê a desocupação da área Yanomami, onde cerca de 45 mil garimpeiros trabalham.

A primeira área a ser desocupada deverá ser a de Paapiú, a mais atingida pelos garimpeiros e onde atualmente existem mais de 150 campos de pouso clandestinos. Os invasores dessa área serão retirados para Boa Vista, capital do Estado de Roraima, e outras áreas indicadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia; o prazo previsto para a retirada destes garimpeiros é de 30 dias. A segunda etapa consistirá na desocupação das demais áreas indígenas, sendo os garimpeiros incentivados a voltar a seus estados de origem ou a migra-

rem para outras áreas onde o garimpo é permitido. A operação de retirada dos garimpeiros será feita pela Polícia Federal e, em caso de dificuldade, o ministro da Justiça poderá convocar o Exército e a Aeronáutica para darem apoio à operação.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fez algumas restrições ao Plano Emergencial, pois, segundo, um de seus assessores, o plano apesar de coordenado pelos ministérios da Saúde, Justiça e Interior, junta-

mente com a Funai, dependerá em sua execução do governador de Roraima, Romero Jucá Filho, e do secretário de Saúde daquele Estado, deputado federal Mozarildo Cavalcanti. E, acrescenta o assessor, "Romero Jucá Filho é declaradamente um dos principais incentivadores da invasão do território Yanomami pelos garimpeiros, o deputado Mozarildo Cavalcanti se tornou conhecido, a partir de 1984, pelos projetos que apresentou à Câmara dos Deputados propondo a abertura das terras dos Yanomami para exploração mineral. Ou seja, disse o assessor do Cimi, deverá executar o plano quem tem pouco ou nenhum interesse na retirada dos garimpeiros, que são quem está colocando em risco a existência desse povo".

O Plano Emergencial de Atenção à Saúde Yanomami, ainda segundo o Cimi, apresenta uma série de falhas que podem comprometer a sua eficácia, pois não participaram na sua elaboração os médicos e antropólogos que durante anos acompanharam aquele povo, e são quem melhor conhece suas necessidades. Esses médicos e antropólogos, que não foram consultados para a elaboração do plano, também estão proibidos de entrar naquela área indígena.



Problema dos índios começou com a chegada dos garimpeiros

Interdição de aeroportos

BRASÍLIA (DF) — O juiz federal da Primeira Vara Judiciária do Distrito Federal, João Baptista Coelho Aguiar, concedeu, no último dia 5, liminar ordenando a interdição das pistas de pouso clandestinas localizadas nas áreas indígenas Yanomami, em Roraima, utilizadas pelos garimpeiros. A liminar deverá ser cumprida pelo Ministério da Aeronáutica, a que já foi enviado ofício. Conforme a decisão, apenas deverão continuar funcionando as pistas utilizadas pelas "aeronaves de órgãos governamentais."

A liminar é resultado da ação civil pública proposta pelo subprocurador-geral da República Carlos Víctor Muzzi e o procurador Oswaldo José Barbosa Silva, do Ministério Público Federal, a 17 de julho deste ano. A ação visa impedir a ação dos mais de 40 mil garimpeiros no território Yanomami. Segundo a ação, os "garimpeiros recebem suprimentos através de dezenas de pistas de pouso clandestinas."